

Capítulo 20

Letra escolar brasileira: história e formação

Sandro Roberto Fetter | Edna Lucia da Cunha Lima | Airton Cattani

Resumo

A facilidade com que temos acesso à escrita digitalizada, por meio de teclados e telas sensíveis, levanta questões que merecem uma reflexão: se por um lado essa tecnologia permite maior rapidez e difusão da informação escrita, por outro faz com que habilidades motoras e cognitivas necessárias à escrita manual sejam deixadas em segundo plano, cujas consequências são imprevisíveis. Assim, é necessário refletir sobre esta situação e seus desdobramentos em termos de expressão escrita e habilidades motoras, e seus reflexos no desenvolvimento integral das crianças do século XXI. Este capítulo procura contribuir para estudos que abordem este novo cenário e a necessidade de repensar os modelos de aquisição do sistema de escrita manual no ambiente escolar brasileiro. Para tanto, apresenta o histórico dos modelos de caligrafia e escrita no Brasil e seus antecedentes europeus e norte-americanos. O entendimento deste contexto é de grande importância no momento em que o design de famílias tipográficas a serem utilizadas na alfabetização escolar deve levar em conta os novos tempos, de modo a poder contribuir para um convívio harmonioso entre o manual e o digital.

Palavras-chave: Escrita manual; alfabetização; ensino da escrita no Brasil; design de tipos.

1 Introdução

Em tempos de hegemonia da informática na vida moderna, a questão da escrita adquire grande importância, tanto sob o aspecto da produção de conteúdo (o que se escreve), quanto sob o aspecto operacional (como se escreve). Especificamente em relação às questões operacionais, este cenário suscita vários questionamentos: a letra manuscrita (cursiva) pode estar ficando obsoleta? A escrita manual poderá fazer parte apenas do passado? Qual o impacto das novas mídias na letra pessoal? Os modelos

das letras utilizados na alfabetização estão de acordo com os tempos digitais?

Em diversos países os computadores são introduzidos aos estudantes cada vez mais cedo. Em alguns estados norte-americanos as escolas colocaram o ensino da letra cursiva como alternativa opcional para os professores, enquanto é exigida uma certa performance na digitação por parte das crianças, ainda nos primeiros anos do ensino fundamental. Por outro lado, pesquisadores de áreas como as neurociências e a cognição sugerem que o uso excessivo de teclados e telas sensíveis ao toque em detrimento do aprendizado da escrita manual pode comprometer o desenvolvimento cognitivo das crianças. Embora no Brasil ainda estejamos longe de situações como estas, é importante refletir sobre esta provável realidade futura; como se configura o cenário multidisciplinar que envolve o ensino da escrita manual e qual a sua importância para as futuras gerações? Quais e como são os modelos das letras utilizadas no ensino fundamental? Como o design de tipos digitais pode contribuir para a qualificação da escrita manual?

Conforme James, Jao e Berninger (2016), é importante ensinar a escrita manual ao longo de toda a infância, com atenção aos processos envolvidos na coordenação e na representação das letras, integrando assim a escrita manual com a leitura, a ortografia e a composição. Segundo os autores, o cérebro responde de forma diferente às letras quando as crianças aprendem a escrevê-las à mão, estabelecendo uma ligação entre o processo de aprender a escrever e o de aprender a ler, o que não se verifica quando as crianças aprendem as letras digitando-as em um teclado. Com o auxílio de diferentes técnicas de escaneamento cerebral, tais como ressonância magnética e eletroencefalograma, os cientistas conseguiram demonstrar que o ato de escrever as letras à mão estabelece conexões cerebrais mais sofisticadas, relacionando os estímulos visuais e a atenção com as habilidades motoras, de função executiva e planejamento.

Em artigo para o Jornal *The New York Times*, Perri Klass (2016) aborda a questão da necessidade do ensino da letra cursiva em plena era digital. Enquanto alguns estados norte-americanos já

aplicam a desobrigação do ensino da letra cursiva no ensino fundamental, especialistas de diversas áreas defendem as habilidades e benefícios oferecidos pela cursiva, em complementação ao ensino da letra de imprensa. Entre os pesquisadores citados no artigo, destaca-se o trabalho de Virginia Berninger que indica as vantagens no desenvolvimento cognitivo de crianças, a partir da quarta série, que aprenderam e praticavam a letra cursiva. Berninger é pesquisadora interdisciplinar, nos campos da psicologia educacional e das neurociências, e professora emérita na Universidade de Washington. Seus estudos mais recentes documentam as diferenças cerebrais e comportamentais relevantes envolvidas na instrução de crianças, durante a infância e adolescência, com problemas em disgrafia (deficiências em escrita), dislexia (deficiências em codificação, decodificação e leitura de letras e palavras) e deficiências na aprendizagem de línguas orais e escritas. Para a autora, o desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas envolvidas no aprendizado e prática da letra cursiva oferecem vantagens tanto na ortografia quanto na composição, uma vez que a conexão entre os traços formadores das letras ajudam as crianças na formação das palavras (ALSTAD et al, 2015; WOLF; ABBOTT; BERNINGER, 2017). Entre as descobertas da pesquisadora e seus parceiros, estão indicações de que adolescentes que produzem anotações manuais memorizam melhor os conteúdos quando comparados à adolescentes que somente escrevem com teclados. Além disso, as pesquisas orientam o caminho para um ensino infantil híbrido, sem esquecer as raízes mais tradicionais e orgânicas, onde as crianças aprendem primeiro a letra de forma, ou letra de imprensa, visando a leitura e o reconhecimento mais fácil das letras, depois passam para a letra cursiva, desenvolvendo habilidades motoras, de ortografia e composição. E, ao final da escola primária, ingressam na digitação em dispositivos digitais.

Esse cenário nos Estados Unidos, envolvendo o ensino e a pesquisa a respeito da escrita manual, acabou gerando no país diversos movimentos de valorização da letra cursiva, dos cadernos de caligrafia e também da tabuada matemática tradicional. Na Inglaterra, novos movimentos e pesquisas, sobre a maneira como se ensina e os modelos de letra utilizados na alfabetização, se iniciaram ao final dos anos 1980, principalmente a partir dos estudos de

Sasson et al. (1986) e Alston e Taylor (1986) (MEDWELL; WRAY, 2007). Invariavelmente, todas as fontes que analisam a escrita no contexto da virada para o século XXI, como Thornton (1996), Clayton (1999), Mediavilla (2005), Florey (2009) e Costa e Raposo (2010), discutem os impactos das novas mídias na escrita. Todas elas acreditam que, de um modo ou outro, a escrita textual será afetada, mas que propagar o fim da escrita manual é, no mínimo, uma atitude alarmista.

Em um ambiente muito mais livre das antigas pressões burocráticas, sociais e econômicas que envolveram a produção escrita no passado e na qual a tipografia faz parte da realidade diária – uma vez que todos podem escolher qual a sua fonte preferida para os e-mails diários –, a escrita manual pode funcionar de forma muito mais intensa como uma expressão da personalidade de seu autor. Assim como a calculadora não retirou a matemática dos currículos escolares no passado, não se pode abrir mão de uma disciplina tão importante e envolvida com o desenvolvimento cognitivo e motor das nossas crianças. Além disso, vale ressaltar que o lápis e o papel não pifam, ou ficam sem bateria!

De posse de um olhar mais otimista, pode-se enxergar nos novos tempos uma grande oportunidade de se colocar a escrita manual sob uma nova perspectiva, que tire proveito dos recursos informáticos, que trazem mais condições de desenvolver iniciativas inovadoras e customizadas, aplicando-as no ensino de nossa língua, de acordo com as suas características e particularidades.

A natureza multidisciplinar em torno da educação infantil e da alfabetização – envolvendo áreas como a pedagogia, a psicologia, as neurociências, a linguística e a fisiologia, entre outras – indica um campo profícuo para a geração de novas ideias, que podem surgir nas fronteiras entre os diferentes campos do conhecimento. Neste sentido, o design – e o conhecimento da tipografia, letramento¹ e caligrafia – pode ser uma importante ferramenta para contribuir no campo da educação, incrementando fatores

¹ O termo letramento (*lettering*) refere-se aqui à técnica manual para obtenção de letras únicas a partir do desenho, onde as partes significativas das letras são resultantes de mais de um traço, diferentemente da escrita manual e da caligrafia, onde as partes significativas das letras são resultantes de apenas um traço central (FARIAS, 2004).

como inclusão social e letramento², inclusive a partir de uma alfabetização mais dinâmica e atrativa.

Inspirado por estudos contemporâneos inovadores e multidisciplinares, que vêm acontecendo em países como Inglaterra, Estados Unidos, Islândia, Suíça e Alemanha, este capítulo faz parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação/Doutorado em Design da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Busca subsídios conceituais para propor uma nova abordagem formal ao desenho das letras presentes nos modelos alfabéticos utilizados no ensino da escrita manual na escola brasileira. Esta abordagem parte dos princípios de inovação em design e precisa estar contextualizada com a nossa cultura e com a nossa língua, assim como com os dias atuais, caracterizados pela onipresença das mídias digitais. Assim, este texto resgata o ponto de partida desse estudo e traz uma síntese da formação histórica da letra escolar brasileira a partir dos seus modelos precursores, nacionais e internacionais, procurando trazer subsídios tanto para o desenvolvimento da pesquisa quanto para estudos que se dediquem à questão das fontes tipográficas e sua participação na educação infantil.

2 Referencial Teórico

O ponto de partida do presente estudo aconteceu no mestrado em design, realizado entre os anos de 2009–2011, na Escola Superior de Desenho Industrial, ESDI/UERJ. Nele, foram abordados alguns dos aspectos que envolveram o campo do ensino da escrita manual durante um período delimitado. O objetivo foi investigar a evolução e o desenvolvimento dos modelos caligráficos que formam as bases da letra pessoal manuscrita, assim como suas relações com a técnica tipográfica de reprodução em série. Depois de delineado o percurso, que inicia no século XVI, estudou-se como foram recebidos no Brasil os modelos hegemônicos de escrita manual, e também como ocorreram os possíveis desenvolvimen-

² Conforme apontado por Piccoli (2009) e Soares (2016), o conceito de alfabetização aliado ao de letramento tornou-se corrente no campo da educação desde os anos 1980. A alfabetização está relacionada à escolaridade e enfatiza as competências individuais no uso e na prática da escrita, enquanto o conceito de letramento é bastante abrangente e pulverizado, envolvendo o estudo das funções e práticas da linguagem escrita em seus contextos sociais.

tos locais, no decorrer do século XX. Este mapeamento foi realizado a partir do levantamento da produção brasileira das principais cartilhas e livros de ensino em busca dos modelos adotados na aquisição do sistema de escrita alfabética durante o ensino fundamental (FETTER, 2011).

Paralelamente, foram pontuados períodos especiais, no decorrer dos quais houve tanto a conformação como transformações no campo disciplinar do ensino da escrita ao longo do século XX, notadamente no Brasil. Numa perspectiva diacrônica, buscou-se estabelecer como os modelos de aquisição da escrita se inseriram no contexto da história da educação básica nacional. Sincronicamente, foram identificados os estilos vigentes na instrução das primeiras letras escolares e, a partir destes, destacaram-se pontos de reflexão. No entanto, na medida em que os estudos foram se aproximando da contemporaneidade, o levantamento de artigos educacionais que discutiam os modelos alfabéticos de ensino, abordando seus aspectos formais, funcionais e didáticos, foram ficando mais escassos. Esse cenário formou-se na medida em que uma intensa discussão sobre os métodos de ensino e suas instâncias cognitivas concentraram todos os esforços de pedagogos e professores. Progressivamente, os modelos de instrução da escrita manual foram perdendo sua devida importância. Em linhas gerais, esta discussão – que já se estabeleceu por volta dos anos 1980 – ficou restrita ao tema “letra de imprensa versus letra cursiva”, principalmente após a disseminação das teorias de vertente construtivista (MORTATTI, 2004, 2006; PICCOLI, 2009; SOARES, 2016).

A escrita manual é uma habilidade essencial e, pode-se afirmar, faz parte da formação da personalidade de seu autor. Pode representar o autor perante a sociedade e, inevitavelmente, sua personalidade poderá ser julgada a partir da letra pessoal. O aprendizado de uma criança em seus primeiros anos de escola pode ser acompanhado pela evolução de sua letra. Crianças com problemas de aprendizado na escrita logo percebem suas limitações a partir da comparação de sua letra com as de seus colegas. A pressão em excesso, por parte dos pais ou professores, ou a frustração com sua própria letra podem acarretar em problemas além dos cadernos e livros escolares, com reflexos na

personalidade e no comportamento (SASSOON, 1990). São inúmeras as razões que determinam a importância da escrita manual. Assim como inúmeras são as disciplinas no entorno de seu estudo e ensino: pedagogia, linguística, psicologia, fisiologia e neurologia, entre tantas outras. Esta complexidade e dimensão de campo conformou a necessidade de uma visão multidisciplinar do fenômeno, principalmente a partir da virada para o século XX. Colocar o design inserido neste campo de estudo não é novidade, pois vem sendo praticado em outros países e pode envolver diferentes aspectos, tais como: estudos ergonômicos envolvendo a postura e empunhadura no ato da escrita, materiais e instrumentos, livros, ilustrações, métodos instrucionais e o desenho das letras dos alfabetos que servem de modelo na aquisição do sistema de escrita.

Se a escrita manual precisa sobreviver como uma habilidade essencial, torna-se indispensável pensá-la de forma sistemática e criativa. Os novos tempos digitais pedem novas formas de escrever à mão, mais rápidas, funcionais e efetivas. É preciso avaliar a funcionalidade dos modelos utilizados no ensino da escrita manual, considerar a relevância dos movimentos, dos ornamentos e dos traçados na formação das letras; quais são importantes e indispensáveis e quais fazem parte de uma estética obsoleta, herdeira de valores visuais e simbólicos que podem retardar e dificultar o seu aprendizado e prática diária. Para estar adequada aos novos tempos, a escrita manual precisa ser automática, rápida e simples.

O estudo da formação e da composição da letra manual infantil no cenário da alfabetização brasileira pode encaminhar o desenvolvimento de um novo desenho dos modelos de escrita manual para o ensino escolar, desenho este baseado em novas diretrizes, que objetivam a simplicidade, a velocidade e a eficiência, assim como uma transição mais fluida entre os modelos da letra de imprensa (1ª letra) e da cursiva, que seria a letra consolidada ao final do terceiro ano do ensino fundamental. Neste sentido, um olhar histórico retrospectivo é de suma importância para entender os modelos empregados atualmente no ensino das primeiras letras.

2.1 As belas letras e a escrita comercial: dos cânones tipográficos aos modelos hegemônicos do século XIX

A escrita manual ocupou um papel central no decorrer do desenvolvimento da humanidade e, de modo geral, sua natureza mudou conforme sua aplicação sofreu algum tipo de impacto, seja cultural, social, tecnológico ou econômico. É no Renascimento que se formam os cânones da “letra de imprensa”, assim como da “letra cursiva”. Esse período marca a evolução e o desenvolvimento dos modelos caligráficos que formam não só a base da letra manual que utilizamos diariamente, mas também a base das fontes tipográficas que conhecemos – e vemos nos livros, jornais e meios eletrônicos.

A letra pessoal dos grandes pensadores humanistas, como Francesco Petrarca (1304–1374), Poggio Bracciolini (1380–1459) e Niccolò Niccoli (1364–1437), e seu interesse em desenvolver uma escrita manual que fosse mais clara, rápida e funcional – em relação aos elaborados e rebuscados modelos góticos então vigentes –, serviu de ponto de partida para a formação dos modelos que mais tarde ficaram conhecidos como “humanísticos”. A atenção e o foco destes eruditos estavam voltados ao período clássico greco-romano, e tomaram como modelo para seus manuscritos a letra carolíngia que era bem formada, limpa, clara e rápida. A letra carolíngia, por sua vez, resgatava como referência os tipos de letras praticados no período clássico. Naquele momento, a letra de “imprensa” era representada pela humanística formata, enquanto a cursiva, pelos modelos conhecidos como chancelarescos (PFLUGHAUPT, 2007). O objetivo maior da formata – vertical e com maior razão geométrica – era ser legível e literária, ao passo que os chancelarescos respondiam à naturalidade da escrita veloz e mais eficiente. Os grandes mestres calígrafos italianos – Arrighi (1475–1527), Tagliente (c.1468–c.1528), Palatino (c.1515–1575) e Cresci (c.1534–1614) – buscaram, em seus ofícios, simplificar esses modelos ao gosto da época, visando atender às várias demandas que se iniciavam – sobretudo as de natureza burocrática e eclesiástica – e também ensinar os interessados a escrever, a partir da publicação impressa de seus tratados e manuais das “belas letras”. Ao final do século XVI, os modelos chancelarescos itálicos atingiram o seu apogeu, enquan-

to o papel literário da escrita passou paulatinamente a ser cumprido pela imprensa e seus tipos móveis, desenvolvidos por Johannes Guttenberg (c.1394–1468), entre aproximadamente 1452 e 1456 (JACKSON, 1981; MORISON, 1990; CLAYTON, 1999; MEDIAVILLA, 2005; PFLUGHAUPT, 2007).

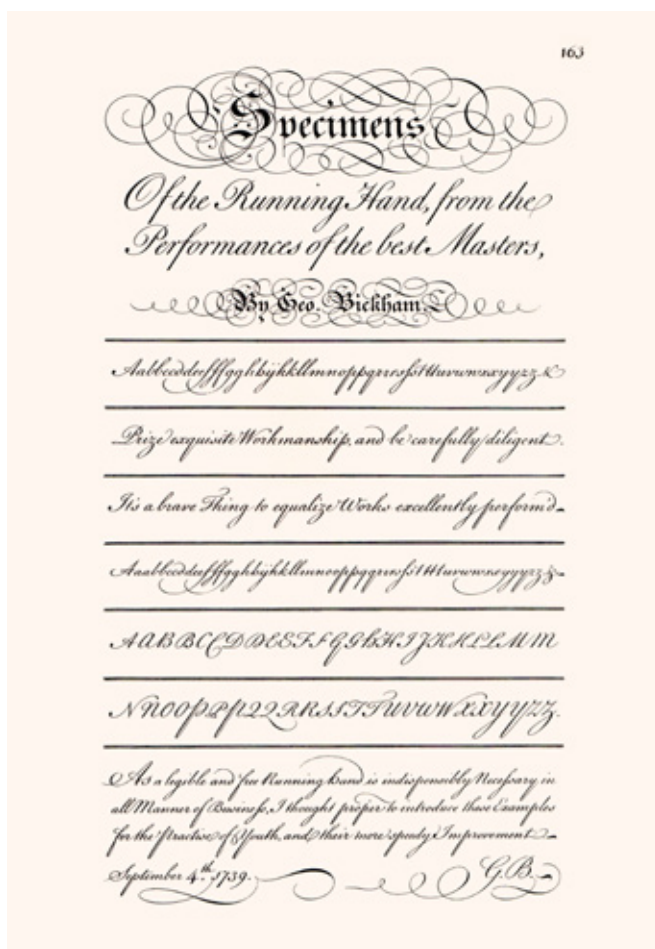
Segundo Morison (1990), embora a letra chancelaresca, ou itálica, tenha sido uma versão rápida e cursiva da minúscula humanista, progressivamente foi se tornando mais formal, com traçado mais angular e lento, principalmente a partir dos desenvolvimentos de Palatino (por volta de 1540). Foi Cresci, em 1560, com o impulso da técnica da gravura em metal, quem renovou os modelos italianos e preparou-os para as transformações que seguiriam, nas mãos de mestres flamengos, holandeses e franceses, no decorrer do século XVII.

Entre inúmeros fatores socioculturais, a mudança tecnológica representada pela gravura em metal impactou sobremaneira os modelos caligráficos vigentes. A técnica copperplate, como ficou conhecida, quando aplicada à reprodução da escrita, levou a resultados antes inalcançáveis, uma vez que até então os modelos de alfabetos eram gravados em placas de madeira esculpidas por gravadores contratados pelos calígrafos. Os instrumentos utilizados na gravação das chapas de metal – finas agulhas de aço temperado e buris –, permitiram formas e volteios não naturais à mão humana. Com isso, o novo modelo que desponta como resultado da técnica passou a ser a referência para a própria escrita manual (OSLEY; WOLPE, 1980).

Assim como a sociedade e a produção literária precisavam da escrita manual, esta necessitava dos meios de reprodução para atingir um número cada vez maior de usuários. A imprensa não poderia prosperar sem leitores e escritores. Diretamente inseridos nesse contexto, os mestres calígrafos buscaram se envolver no cerne de todo o processo, sendo muitas vezes o próprio impressor e desenvolvedor de todas as etapas da produção gráfica. Muito provavelmente, entre os inúmeros fatores envolvidos, a necessidade da manutenção de seu status na sociedade gerou objetivos distantes do ensino de uma escrita simples e funcional. Em determinado momento, a escrita alcançou uma técnica que

buscava ser metafísica, desejada e difícil de alcançar. Associada ao luxo, à celebração e ao refinamento, a letra Copperplate respondia ao desejo estético vigente. Não era o que a sociedade, como um todo, necessitava, mas o que os membros da elite, da nobreza, precisavam, como um artigo de distinção social. O que se percebe, nesse ambiente, é que o mestre calígrafo, vislumbrando o progressivo declínio de sua “era de ouro”, passa a sobrevalorizar seus conhecimentos e habilidades, destinando-os àquela elite e a poucas pessoas que teriam o “dom natural” da escrita. Esse momento é marcado pelo século XVIII e está imortalizado no livro *The Universal Penman*, de George Bickham (1684–1758), publicado em 1741 (Figura 1). A partir de então, a caligrafia passou a ter, progressivamente, sua natureza questionada (OSLEY; WOLPE, 1980; JACKSON, 1981; HARRIS, 1995; CLAYTON, 1999; MEDIAVILLA, 2005).

Figura 1: Página de *The Universal Penman* (1743), exemplo de alfabeto da letra inglesa tipo Running Hand.



Fonte: Bickham (1968)

Clayton (1999) aponta que, até finais dos oitocentos, o ensino da escrita manual foi concebido como um extenuante e passivo processo de cópias a partir de modelos desenvolvidos por mestres calígrafos nos seus manuais. Estes mestres, na maioria das vezes, eram acadêmicos ou envolvidos diretamente com a edição e impressão de livros. Com o progressivo acesso à educação pelas demais classes sociais, o desenvolvimento da literatura e o aumento da demanda de negócios, cresceu a necessidade da formação de professores dedicados exclusivamente ao ensino da escrita. A formação de uma nova sociedade de consumo no século XVIII, principalmente na Inglaterra, mas também em boa parte da Europa, incrementou a produção literária e a disseminação da informação impressa. Ler e escrever passou a ser uma demanda da família burguesa. Nessa época começaram a surgir as primeiras cartilhas escolares que reproduziam os modelos de escrita dos professores, ou mestres escolares. As cartilhas ocuparam o lugar dos elegantes manuais caligráficos. Auxiliadas pela gravura em metal, e também pelos tipos móveis, as cartilhas escolares foram impressas em grande quantidade, principalmente após os grandes desenvolvimentos tecnológicos registrados no período, tais como o barateamento da produção do papel a partir da pasta de celulose, as máquinas de produção de papel em bobinas, as impressoras rotativas à vapor e a popularização da pena de metal e do lápis, que paulatinamente livraram os alunos da preparação da pena de ave utilizada para escrever manualmente. Essas inovações começaram a fazer parte do cotidiano nas escolas da Europa e América do Norte, a partir de meados dos noventa, quando também a leitura e a escrita passaram a ser relacionadas ao que foi chamado de “método simultâneo”. Até então, a escola elementar dedicava-se a ensinar a leitura em primeiro lugar, relegando a escrita para os alunos mais velhos e cuidadosos. A escrita manual passou a ter um caráter pessoal, autêntico e intransferível, deixando de ser vista como símbolo de um estrato social, ou profissão. A figura do mestre calígrafo foi sendo substituída pela do professor, e a técnica das “belas letras” se tornou cada vez menos importante para a sociedade, com sua demanda econômica sendo atendida quase que na totalidade pelas máquinas.

A sucessão de impactos tecnológicos na qualidade e velocidade

de da reprodução impressa acabou ocupando as muitas funções econômicas da escrita caligráfica. O golpe maior, até o advento das mídias digitais, foi desferido no final do século XIX, com a invenção da máquina de escrever. Tanto o mestre calígrafo quanto o seu objeto viveram uma mudança de paradigma.

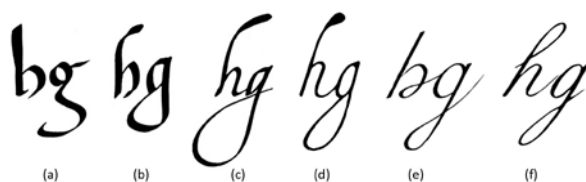
Resumidamente, podemos apontar que, no decorrer da história ocidental pós-Renascimento, os modelos de escrita manual mudaram de acordo com os interesses econômicos dominantes: a cada ciclo de desenvolvimento, diferentes nações criaram seus modelos a partir da tradição anterior, submetida aos contextos tecnológicos e demandas econômicas locais e próprias de cada momento. Assim aconteceu em Flandres e nos Países Baixos, com os modelos italianos, no século XVII; na França, com os modelos flamengos, no século XVIII; na Inglaterra, com os modelos franceses, também no século XVIII; e nos Estados Unidos, com os modelos ingleses, no século XIX. Ou seja: à medida que os centros econômico-culturais se deslocavam, os modelos caligráficos foram sendo adaptados às exigências das diferentes épocas.

Cabe ressaltar que tais fatos e mudanças conceituais não podem ser confinados em datas ou períodos de tempo absolutamente definidos. De certo modo, a escrita manual sempre esteve envolvida em um embate entre a tradição e o moderno, atrelada ao desenvolvimento da técnica, regulada pelo modelo caligráfico da época e moderada pelo agente cultural.

Como apontado por Hebrard (1990), Aranha (1994) e Chartier (1998), os processos de simplificação e desprofissionalização da escrita manual somente foram possíveis de ser inseridos na escola fundamental a partir das inovações tecnológicas proporcionadas pela Revolução Industrial, além da difusão da pequena tabuleta de ardósia para o uso individual dos alunos. Embora os cidadãos que soubessem ler e escrever constituíssem ainda uma pequena parcela da sociedade de então, os modelos de escrita ensinados registravam as sensíveis diferenças culturais de cada nação. Em decorrência do intenso crescimento dos intercâmbios entre Ocidente e Oriente, incluindo o Novo Mundo, a escrita comercial e contábil foi conduzida por um processo de simplificação e uniformização universal que atingiu seu apogeu entre meados do sé-

culo XVIII e o início do século XIX. O modelo estabelecido como padrão mundial, não por acaso, foi a “letra inglesa”, indicando também o poder da grande potência industrial e econômica daquela época. A figura 2 mostra a evolução do traçado das letras dos modelos de escrita adotados entre os séculos XI e XIX: letra Carolíngia, século XI (a); Chancelaresca de Arrighi, 1520 (b); Testegiatta de Cresci, 1570 (c); Italiana de Materot, século XVII (d); Bâttarde francesa, século XVIII (e) e (F) English Roundhand, ou Letra Inglesa; século XIX.

Figura 2: Evolução do traçado caligráfico



Fonte: desenvolvido pelo autor (2011)

2.2 Letra cursiva brasileira: tradição e modelos precursores

Por volta do final do século XVII, o modelo que ficou conhecido como letra inglesa clássica já havia alcançado seu traçado final, principalmente pelas mãos de grandes mestres, como John Ayres (?-c.1710), Charles Snell (c.1667-1733), George Shelley (c.1666-c.1736), John Clark (1683-1736), George Bickham (1684-1758). No entanto, é em meados do século XVIII que os esforços de William Brooks (1696-1749), John Bland (1702-1750) e Joseph Champion (1709-1765) forneceram à escrita inglesa uma estrutura mais regular e homogênea, evidenciando seu aspecto cursivo. Pouco mais tarde, na primeira década do século XIX, Joseph Carstairs (atuante no período) desenvolveu um sistema de instrução da escrita a partir de movimentos regulares do braço, garantindo mais velocidade e regularidade nos traçados. Segundo Morison (1951), Carstairs foi influente tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, onde seu método analítico e sistemático de instrução da escrita se espalhou pela América. A partir de então, a English Roundhand, que no século XX recebeu de seus detratores a denominação de copperplate, numa crítica explícita à sua origem gravada em metal, consolidou-se como o modelo mais rápido e belo para a escrita, um sucesso na esfera comercial e no uso cotidiano (MEDIIVILLA, 2006).

Com seu modelo padronizado, de expressiva regularidade e transparência, a letra inglesa passou a ser praticada pelos candidatos a cargos na administração pública ou privada, no ensino ou no comércio, que deveriam adotá-la sem maneirismos pessoais ou personalizações (MANDEL, 2007). Em pouco tempo, a letra inglesa alcançou os bancos escolares, tornando-se hegemônica no ensino de aquisição da escrita no mundo. Não foi diferente no Brasil, onde foi utilizada nas escolas e no comércio até a chegada de um discurso de viés higienista que propunha, no início do século XX, um novo modelo, mais rápido, simples e legível: a caligrafia vertical. Segundo Vidal e Gvirtz (1998), ao final do século XIX o cenário precário de ensino no país era baseado nas teorias de educação oriundas da Europa e dos Estados Unidos, sendo que até pelo menos 1890, a escrita inclinada era a mais difundida, com destaque para dois modelos preponderantes: a letra inglesa e a spenceriana norte-americana. Até o início do século XX, manuais de escrita portugueses eram frequentes em solo nacional. Estes, por sua vez, traziam modelos portugueses de letra direita, que era redonda, de eixo vertical e com franca influência da letra Ronde francesa.

Entre 1889 e 1925, várias mudanças educacionais foram promovidas, começando pela implantação da escola laica e pública e o surgimento dos “grupos escolares”, numa definição republicana do ensino no país. Em 1904, as principais escolas paulistas instituíram a caligrafia norte-americana, inclinada ou spenceriana, como a mais indicada ao ensino das primeiras letras. No entanto, já em 1906, a Reforma da Instrução Primária de Minas Gerais indicava a caligrafia vertical, ou redonda, por considerá-la mais “higiênica” e mais adequada aos “tempos modernos” (VIDA; GVIRTZ, 1998).

Conforme Faria Filho (1998), o modelo de escrita vertical e sua relação com a nova ordem social emergente era uma das diretrizes de educadores e médicos-higienistas, entre outros profissionais europeus. A discussão a respeito dos modelos de letra manual teria começado por volta de 1881, na França, com a publicação de um texto que discorria sobre o aumento da miopia entre escolares, sugerindo a fórmula de George Sand: “Uma escrita direita, sobre papel direito, corpos direitos” (citado por FARIA FILHO, 1998, p. 139).

O novo modelo caligráfico, ao ser apresentado como “rápido, eco-

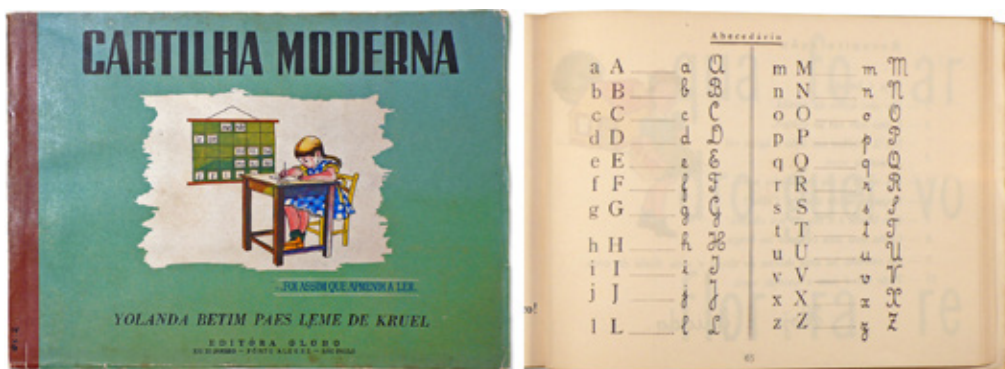
nômico e higiênico”, resgatava valores como legibilidade e simplicidade e alinhava a escrita escolar ao texto produzido pela máquina de escrever, proporcionando uma regularização da letra manual, tornando-a mais homogênea e adaptada aos padrões da modernidade. O modelo de letra vertical seria o único capaz de preparar o aluno para o exercício da escrita eficiente e legível, tão necessário ao trabalho no comércio e na indústria (FARIA FILHO, 1998).

É também neste momento que se iniciou um debate na interpretação dos conceitos de caligrafia e escrita. Segundo Esteves (2000), na década de 1920, a caligrafia era entendida ora como um fim (enquanto disciplina escolar), ora como um meio na obtenção da boa letra escolar. Os significados, enquanto arte ou técnica, dos termos caligrafia e escrita, encontravam-se sobrepostos. A arte estava relacionada aos valores estéticos da ornamentação, imprescindíveis para se alcançar a beleza, característica da caligrafia e do ofício dos calígrafos. Já a técnica estava relacionada à maneira, ou ao como escrever. Sendo assim, muitas vezes as defesas de determinados modelos caligráficos (inclinado ou vertical) utilizavam-se do termo escrita no lugar do termo caligrafia. Além da defesa de um determinado modelo, os discursos deste período defendiam a metodologia que seria empregada no ensino da escrita e da leitura no Brasil (ESTEVES, 2000).

Os modelos de escrita vertical foram bastante importantes na formação da letra cursiva brasileira e na história da alfabetização nacional. Ainda hoje é o modelo hegemônico utilizado pela maioria dos livros e das coleções de alfabetização indicadas pelo Plano Nacional do Livro Didático, o PNLD. Não foram encontrados registros específicos sobre as origens históricas dos modelos verticais brasileiros, ou indicações precisas de “importações”. Hetlinger (2009) indica a letra direita como a mais praticada durante o século XX nas escolas primárias portuguesas, e esta pode ser uma provável “inspiração”. O autor lusitano também aponta a dificuldade em reconstituir sua origem formal, se está relacionada à vertical writing inglesa, ou à ronde francesa – que é, na sua origem, uma letra vertical. Os primeiros modelos de escrita vertical surgiram nos últimos anos do século XIX, em resposta aos postulados higienistas norte-europeus, tanto na Inglaterra, quanto

nos Estados Unidos. Num primeiro momento, esses modelos parecem verticalizações e simplificações de seus antecessores – na Inglaterra, da roundhand, e nos Estados Unidos, dos modelos de Spencer. Uma das fontes primárias desta pesquisa apresenta um modelo que parece ter uma “memória” da redonda francesa, a Cartilha Moderna, de Yolanda Kruel (1964) (Figura 3).

Figura 3: Capa e “abecedário” com modelo de letra cursiva vertical da Cartilha Moderna (1964)



Fonte: Kruel (1964)

Contudo, outros modelos nacionais de maior expressão, como os da série de cadernos Caligrafia Vertical, de Francisco Viana (1956) (Figura 4) se parecem mais com uma verticalização de formas mais simples, como as de Spencer e Palmer, os modelos hegemônicos na América do Norte.

Figura 4: Capa, página e alfabeto modelo de letra cursiva vertical dos cadernos Caligrafia Vertical (1956)



Aa Bb Cc Dd Ee Ff Gg Hh Ii Jj Kk Ll Mm
Nn Oo Pp Qq Rr Ss Tt Uu Vv Ww Xx Yy Zz

Fonte: Viana (1956), adaptado pelo autor (2011)

Em meados do século XX, a questão sobre os modelos de alfabetização passaram a ocupar um segundo plano na educação brasileira. Conforme apontado por Mortatti (2006), envolvidos em um cenário de ecletismo metodológico e de altos índices de analfabetismo, os educadores passaram cada vez mais a dedicarem-se à questão dos métodos de ensino. A partir dos anos 1960, os primeiros modelos de letra de imprensa começam a aparecer nas cartilhas brasileiras. A letra de imprensa – também chamada no Brasil de letra bastão, bola e bastão, ou letra de fôrma – é chamada na Inglaterra de *print script* e nos Estados Unidos de *manuscript*. Seu modelo é bastante inconsistente, geralmente aparece indicado nas cartilhas e livros de ensino a partir de um alfabeto tipográfico sem serifa, utilizando principalmente fontes como Arial, ou Helvetica. Outras vezes se parece com uma letra monolinear (típica do normógrafo utilizado pela arquitetura). Seu uso foi indicado na Inglaterra nos anos 1920 e, no Brasil, ganhou força principalmente nas duas últimas décadas do século XX, a partir das indicações construtivistas para o aprendizado, passando a dominar o cenário nacional na instrução das primeiras letras. As crianças aprendem, num primeiro momento, as formas “mais simples” da letra de imprensa em caixa alta (letras maiúsculas). Num segundo momento, passam para o alfabeto de imprensa em caixa baixa (letras minúsculas) e, progressivamente, adquirirão a letra cursiva vertical, quando forem mais maduras e com suas capacidades cognitivas e motoras mais desenvolvidas.

Embora o modelo de letra cursiva inclinada continue adotado por algumas cartilhas e escolas, a cursiva vertical foi o modelo mais ensinado durante o século XX no Brasil (FETTER, 2011). O mesmo aconteceu em Portugal, como aponta Hetlinger (2009). No entanto, na Inglaterra e nos Estados Unidos os modelos cursivos inclinados, mesmo após sucessivos estudos e desenvolvimentos de simplificação no traçado, mantiveram-se predominantes. Nestes países, como em outros, os modelos históricos têm sido sistematicamente abordados por designers, tipógrafos e educadores na busca por preparar a letra manual do século XXI, procurando atender os pressupostos dos novos tempos.

O Quadro 1, apresentado a seguir, busca preencher uma apa-

rente lacuna no estudo e pesquisa que envolve os modelos de letras utilizados na aquisição do sistema de escrita alfabética no ensino fundamental brasileiro. Embora alguns destes modelos tenham sido abordados e discutidos por pesquisadores brasileiros do campo da educação, o estudo do traçado das letras e da sua formação histórica, assim como da sua adequação aos novos contextos da escrita manual são ainda incipientes no país. O quadro procura sintetizar os modelos históricos precursores na formação da letra cursiva brasileira em uma linha do tempo de seus períodos de adoção e influência. Foram levantados os principais modelos alfabéticos utilizados no ensino escolar nacional a partir de fontes primárias fac-similares, disponíveis em meios digitais, ou preservadas pelo acervo Memória da Cartilha, organizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste quadro, o modelo atual da letra cursiva vertical é representado pelo alfabeto encontrado na coleção de ensino *Porta Aberta - edição renovada*, publicada pela editora FTD, em 2014. A fonte tipográfica digital utilizada nesta e nas principais coleções de ensino participantes do PNLD (2016) chama-se Bê-a-Bá e a sua primeira versão foi desenvolvida pelo designer gráfico brasileiro Tony de Marco em 1996. Conforme informações de seu website (www.justintype.com), a família de fontes Bê-a-Bá, ou Kindergarten, é composta por dez variações e respeita a tradição brasileira das cartilhas. A fonte de De Marco é restrita, comercializada apenas por encomenda e não é acessível aos educadores que desejem elaborar materiais customizados com a mesma. Seu desenho reproduz o modelo cursivo vertical preponderante nos anos 1990, principalmente o adotado na *Cartilha Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima, grande sucesso editorial educacional no país entre os anos 1950 e 1990. Atualmente, a Bê-a-Bá é utilizada por diferentes editoras, como Editora Moderna, FTD, Saraiva, e Ática entre outras. Juntas, estas editoras são responsáveis pela publicação de, no mínimo, 70% das coleções de alfabetização e letramento adotadas no ensino público brasileiro, o que corresponde a cerca de 3 milhões dos 4.491.134 volumes, nesta área, distribuídos pelo governo, segundo os dados do PNLD (2016), dando conta da importância de ações em design de fontes tipográficas para um público específico.

Quadro 1: Formação histórica da letra cursiva brasileira

1800–1950

MODELOS HISTÓRICOS PRECURSORES

A B C D E F G H I J K L M N O P Q
R S T U V X Z abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Letra Inglesa / English Roundhand

A B B C O E F G G H I J
abc defghijklmnopqrstuvwxyz

Letra Francesa / Ronde
Letra Portuguesa / Letra Direita

1890–1920

A B C D E F G H I J
K L M N O P Q R S T
U V W X Y Z abcdef
ghijklmnop
qrstuvwxyz

Spenceriano Simples
New Spencerian Compendium, 1887.

A B C D E F G H I J K L M N
O P Q R S T U V W X Y Z
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
rstuvwxyz

Letra Vertical Inglesa
Jackson, 1894. *The theory an Practice of Handwriting*

A B C D E F G H I J K L M N
O P Q R S T U V W X Y Z
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
rstuvwxyz

Letra Vertical Norte-americana
Barnes, 1899. *Barne's National Vertical Penmanship*

1900–1970

A B C D E F G H I J
K L M N O P Q R S T
U V W X Y Z abcde
fghijklmnop
qrstuvwxyz

Escrita Comercial de Palmer
The Palmer Method of Business Writing, 1915.

A B C D E F G H I J L M
N O P Q R S T U V X Z
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Caligrafia Muscular Inclinada
Ormindia Marques, 1944–1953. *Escrita Brasileira*

A B C D E F G H I J L M
N O P Q R S T U V X Z
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Caligrafia Inclinada
Aracy Hildebrand, 1954–1967. *Cartilha de Bitu*

1910–2017

MODELOS DE LETRA CURSIVA VERTICAL

Aa Bb Cc Dd Ee Ff Gg Hh Ii Jj Kk Ll Mm
Nn Oo Pp Qq Rr Ss Tt Uu Vv Ww Xx Yy Zz

Francisco Viana, 1909–1997. *Caligrafia Vertical*.

aA bB cC dD eE fF gG hH iI jJ lL mM
nN oO pP qQ rR sS tT uU vV xX yY zZ

Yolanda Betim Paes Leme de KrueI, 1948–64. *Cartilha Moderna*.

aA bB cC dD eE fF gG hH iI jJ kK lL mM
nN oO pP qQ rR sS tT uU vV wW xX yY zZ

Branca Alves de Lima, 1948–2015. *Cartilha Caminho Suave*.

Aa Bb Cc Dd Ee Ff Gg Hh Ii Jj Kk Ll Mm Nn
Oo Pp Qq Rr Ss Tt Uu Vv Ww Xx Yy Zz

Isabela Carpeneda, Angiolina Bragança, 2011–2017. *Porta Aberta: língua portuguesa, 2º ano*.

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2017)

3 Considerações Finais

A partir dos estudos das fontes primárias consultadas neste estudo, que são, em síntese, mostradas no quadro de formação da letra cursiva brasileira, é possível deduzir que o modelo hegemônico da letra cursiva nacional formou-se a partir de um desenvolvimento híbrido, derivado das tradições formais presentes nos modelos norte-americanos mais populares no início de século XX. Esta compreensão histórica é importante para entender que modificações ocorridas nos modelos adotados sempre são fruto de um contexto mais amplo, que envolve questões culturais, sociais, econômicas, burocráticas, e educacionais, entre outras. Neste sentido, a participação do design na produção de material educacional destinado à alfabetização e letramento mostra-se como um campo profícuo, no qual o design de tipos é um dos que têm grande importância na formação das futuras gerações. Mais do que uma opção pessoal ou estilística, o desenho de famílias tipográficas revela-se como importante recurso na busca de melhores condições para o ensino infantil. Conhecer os antecedentes dos modelos caligráficos em uso é condição incontornável para propostas de novas possibilidades para a educação infantil.

Buscando subsídios conceituais sobre a tradição da letra escolar brasileira, o estudo em andamento parte deste ponto inicial: a investigação sobre sua formação histórica segundo seus modelos precursores, nacionais e internacionais, assim como o seu estado da arte nos dias de hoje. A partir deste, será desenvolvida uma nova abordagem, sistemática, formal e funcional – segundo os pressupostos do design gráfico envolvido com o desenho das letras –, para analisar e propor novos caminhos no desenho de modelos alfabéticos escolares brasileiros.

Referências

- ALSTAD, Z.; BARNETT, A.; CONNELLY, V.; BERNINGER V. W. e SANDERS E. Modes of Alphabet Letter Production during Middle Childhood and Adolescence: Interrelationships with Each Other and Other Writing Skills. In: **Journal of Writing Research**, v. 6, n. 3, p. 199–231, fev. 2015.
- ALSTON, J.; TAYLOR, J. **Handwriting: Theory, Research and Practice**. New York: Nichols Publishing Company. 1987.
- ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1994.
- CHARTIER, A. Alfabetização e formação dos professores da escola primária. In:

Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 8, p.4-12, maio/ago, 1998.

CLAYTON, E. A history of learning to write. In: **Handwriting: Everyone's Art**, pp. 9-18, 1999. Disponível em: www.ejf.org.uk/Resources/ejhandw.pdf. Acesso em: 13 de março, 2011.

COSTA, J., RAPOSO, D. **A rebelião dos signos: a alma da letra**. Lisboa: Dinalivro, 2010.

ESTEVES, I. L. A Trajetória dos Conceitos Caligrafia e Escrita. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2000, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: www.sbhe.org.br. Acesso em: 28 de janeiro, 2010.

FARIA FILHO, L. M. de. Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.103, mar. 1998, p. 136-149.

FARIAS, P. L. Notas para uma normatização da nomenclatura tipográfica. In: Anais do 6º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design – P&D Design, 2004, Anais. 2004.

FETTER, S. R. Modelos **Caligráficos na Escola Brasileira**: uma história do Renascimento aos nossos dias. 2011. 258f. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FLOREY, K. B. **Script and scribble: the rise and fall of handwriting**. New York: Melville House, 2009.

HARRIS, D. **The art of calligraphy**. London: Dorling Kindersley, 1995.

HÉBRARD, J. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In: **Teoria & Educação**, nº 2, p. 65-110, Porto Alegre: Panorâmica, 1990.

HEITLINGER, P. **Escolar**: uma fonte contemporânea para aprender a escrever e ler. In: Cadernos de Tipografia, Nº 14 – Março de 2009. Disponível em: <http://tipografos.net/cadernos/CT14-Escolar.pdf>. Acesso em: 05/04/2009.

JACKSON, D. **The story of writing**. New York: Taplinger, 1981.

JAMES, K. H.; JAO, R. J.; BERNINGER, V. W. The Development of Multi-Levelled Writing Brain Systems: Brain Lessons for Writing Instruction. In: MACARTHUR, C.; GRAHAM, S.; FITZGERALD, J (Ed.). **Handbook of Writing Research**. 2ª ed. New York: Guilford, 2016. p. 116-129.

KLASS, P. **Why Handwriting Is Still Essential in the Keyboard Age**. Disponível em: <https://well.blogs.nytimes.com/2016/06/20/why-handwriting-is-still-essential-in-the-keyboard-age/>. Acesso em 22/02/2017.

MANDEL, L. **Escritas, espelhos dos homens e das sociedades**. São Paulo: Edições Rosari, 2007.

MEDIAVILLA, C. **Caligrafia**: del signo caligráfico a la pintura abstracta. València: Campgràfic, 2005.

MEDWELL, J.; WRAY, D. **Handwriting**: what do we know and what do we need to know? In: Literacy, v. 41, n. 1, p. 10-15, 2007.

MORISON, S. **American Copybooks**: An Outline of Their History from Colonial to Modern Times. Philadelphia: WF Fell Co. Printers, 1951.

_____. **Early italian writing-books**: Renaissance to Baroque. Boston: DR. Godine, 1990.

MORTATTI, M. R. L. **Educação e letramento**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: **Portal Mec Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**. Brasília, 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 10/08/2009.

OSLEY, A. S.; WOLPE, B. **Scribes and sources**: handbook of the chancery hand in the sixteenth century. Texts from the writing-masters. Boston: DR Godine, 1980.

PFLUGHAUPT, L. **Letter by Letter**. An Alfabetical Miscellany. New York: Princeton Architectural Press, 2007.

PICCOLI, L. **Prática pedagógica nos processos de alfabetização e de letramento**: análises a partir dos campos da sociologia da linguagem. Tese (Doutorado em Educação)—Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

PNLD 2016. **PNLD 2016**: coleções mais distribuídas por componente curricular. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acessado em 28/08/2016.

SASSOON R., Nimmo-Smith I, Wing AM. An analysis of children's penholds. In: Kao HS, van Galen GP, Hoosain R, editors. **Graphonomics**: contemporary research in handwriting. New York, NY: Elsevier Science; 1986.

_____. **Handwriting**: a new perspective. Leckhampton: Stanley Thornes, 1990.

_____. **Handwriting of the twentieth century**. London: Routledge, 1999.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

THORNTON, T. P. **Handwriting in America**. New Haven: Yale University Press, 1996.

VIDAL, D. G.; GVIRTZ, S. **O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar**: Brasil e Argentina (1880-1940). In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 8, p. 13-30, 1998.

WOLF, B.; ABBOTT, R. D.; BERNINGER, V. W. Effective beginning handwriting instruction: multi-modal, consistent format for 2 years, and linked to spelling and composing. In: **Reading and Writing**, v. 30, n. 2, p. 299-317, 1 fev. 2017.

Fontes Primárias

BARNES, A. S. **Barnes's National Vertical Penmanship**. New York: American Book Co., 1899.

BICKHAM, G.; HOFER, P. **The Universal Penman**: Engraved by George Bickham, London, 1743. London: Dover Publications, 1968.

CARPANEDA, I.; BRAGANÇA, A. **Porta Aberta**: Língua Portuguesa – Edição Renovada, 2o ano. 1a ed. São Paulo: FTD, 2014.

HILDEBRAND, A. **Cartilha de Bitu**. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

JACKSON, J. **The theory and practice of handwriting**. New York: William Beverley Harison, 1894. Disponível em: <http://www.archive.org/details/theorypracticeof00jackrich>. Acesso em 08/08/2010.

KRUEL, Y. B. P. L. de. **Cartilha Moderna**. 9ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

LIMA, B. A. **Caminho Suave**: alfabetização pela imagem. 129ª ed. São Paulo: Edipro, 2010.

MARQUES, O. I. **Escrita Brasileira** (1, 2, 3, 4 e 5). (s/ed.). São Paulo: Melhoramentos, 1953.

PALMER, A. N. **The Palmer Method Of Business Writing**. New York: The A. N. Palmer Company, 1915.

SPENCER (Sons), P. R. **New Spencerian Compendium**: of Penmanship. New York: Ivison, Blakeman & Co., 1887. Disponível em: <http://www.iampeth.com/books.php>. Acesso em 05/08/2009.

VIANA, F. **Caligrafia Vertical** (Preliminar, 1, 2, 3, 4, 5 e 6). (s/ed.). São Paulo: Melhoramentos, 1956.

Como citar este capítulo (ABNT):

FETTER, Sandro Roberto; LIMA, Edna Lucia da Cunha; CATTANI, Airton. Letra escolar brasileira: história e formação. In: BERNARDES, Maurício Moreira e Silva; LINDEN, Júlio Carlos de Souza van der (Orgs.). **Design em Pesquisa** – Vol. I. Porto Alegre: Marcavisual, 2017. p. 393-415.

Como citar este capítulo (Chicago):

Fetter, Santro Roberto, Edna Lucia da Cunha Lima, and Airton Cattani. 2017. "Letra escolar brasileira: história e formação". In *Design em Pesquisa*, 1st ed., 1:393-415. Porto Alegre: Marcavisual.